

DESENVOLVIMENTO E DEFESA DA AMAZÔNIA: O PAPEL DO CALHA NORTE

Mariana Rodrigues do Nascimento – Universidade de São Paulo
mariana.rodrn@gmail.com

RESUMO

A importância geoestratégica da Amazônia para o Brasil há muito é destacada por governantes, militares e diplomatas. Ocupando cerca de 60% do território brasileiro, a região amazônica não pode ser ignorada na composição de políticas domésticas e internacionais do país. Este artigo busca demonstrar a importância da figura do Estado na busca pelo desenvolvimento e defesa do território amazônico. Dentre os programas governamentais de importância para a região, destaca-se aqui o Programa Calha Norte, buscando demonstrar seus principais objetivos e também mudanças impulsionadas pelas novas características da segurança internacional e regional.

Palavras-Chaves: amazônia. segurança internacional. geopolítica. programa calha norte. desenvolvimento regional

OBJETO DE ANÁLISE

A temática central deste estudo recai sobre as dinâmicas de desenvolvimento e defesa da Amazônia frente aos desafios que se colocam para o governo brasileiro hodiernamente. Neste sentido, este artigo inclina-se para a análise do papel do Programa Calha Norte para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia brasileira e, sobretudo, para a defesa dessa porção do território nacional.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância do Programa Calha Norte para o desenvolvimento e segurança da Amazônia brasileira. Neste sentido, busca-se demonstrar a importância do surgimento de um programa como o Calha Norte que priorizou uma região pouco desenvolvida e até mesmo pouco integrada ao restante do território nacional.

Dentre as reflexões que são abordadas estão as justificativas (internas e externas) para o surgimento do Programa e também suas preferências, atentando-se para as mudanças destas ao longo dos anos para melhor adequação do Programa à necessidades de segurança e sócio-econômicas da região.

De maneira secundária, aponta-se também questões importantes sobre a temática de Segurança e Defesa da região Amazônica com o intuito de melhor contextualizar o leitor para a argumentação aqui proposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa para a confecção deste artigo foi centrada em uma abordagem metodológica que preza pela interdisciplinaridade e pelo pluralismo, entendido aqui como “todo pensamento que admite múltiplas verdades (embora elas tenham sujeitos e conseqüências diferenciados), e que – mantendo sua lógica ou coerência de pensamento – dialoga sem preconceitos com interpretações variadas” (VESENTINI, 2009: 112). Não se pretende a validação de uma teoria, mas sim um aproveitamento de contribuições teóricas provenientes das Relações Internacionais (principalmente do Construtivismo), dos Estudos de Segurança Internacional e da Geografia Política – bases teóricas da pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a confecção deste artigo foram analisadas as principais obras que versam sobre a temática, buscando uma contextualização e justificativas histórico-políticas para o surgimento do PCN. Documentos oficiais também serviram como fontes de pesquisa de forma que transbordam a visão oficial sobre o Programa. Buscando averiguar as mudanças das diretrizes e prioridades do Programa, utilizou-se a análise dos dados financeiros do PCN (presente dos Relatórios de Situação anuais) liberados pelo Ministério da Defesa.

RESULTADOS e referências bibliográficas

Com o fim das distensões bipolares que marcaram o período da Guerra Fria, muitos teóricos acreditavam no apaziguamento dos conflitos armados e na

concretização da tão sonhada paz mundial. Todavia, ao contrário das expectativas mais otimistas, os conflitos internacionais não cessaram ou diminuíram, apenas tomaram novas formas e características. De maneira geral, o início da década de 1990 foi marcado por uma maior preocupação com assuntos econômicos e comerciais do que com os geopolíticos e de segurança e defesa estritamente ligados ao campo militar. De acordo com Samuel Huntington “as capacidades militares provavelmente serão menos importantes do que elas têm sido no passado. Medidas econômicas serão centrais...” (HUNTINGTON, 1991: 08).

Esse maior destaque de questões econômicas e comerciais não significa, entretanto, o desaparecimento da preocupação dos líderes políticos nacionais com assuntos da ordem da segurança e da defesa. Com o intuito de melhor se encaixarem nos novos moldes da política internacional, as insurgentes escolas de segurança internacional promovem um discurso que denota uma concepção mais abrangente da segurança e que permite securitizar problemas não-militares, tornando-os ameaças à segurança nacional.

As conjunturas do Sistema Internacional forçam as teorias a melhor se adaptar as suas novas características, fazendo com que as mesmas possam explicar de forma mais coerente e efetiva as percepções dos principais atores políticos acerca da realidade do cenário internacional. Os estudos sobre segurança internacional, por sua vez, expandiram o conceito da segurança de forma que ele abarcasse as novas tendências/preocupações políticas, como o comércio internacional, os Direitos Humanos e os problemas ambientais.

De acordo com Dalby (In: Krasner & Smith, 1997), dos Estudos Críticos de Segurança, apesar da esperança de paz, as ameaças à Segurança continuaram se proliferando e passaram a envolverem muito mais do que o contexto de supremacia política nos processos de rivalidade entre super-poderes: temas como comunidade de Segurança ou Segurança cooperativa, defesa não-ofensiva, Segurança econômica, Segurança ambiental, inseguranças da sociedade, ameaças de drogas, direitos humanos e autonomia da sociedade civil foram adicionados nas tentativas de reformular as políticas de Segurança para enquadrar novos itens na agenda política global.

No Brasil, estas novas características da Segurança Internacional foram percebidas tanto pelo corpo político quanto pelo acadêmico. Uma característica importante é que mesmo com o fim do Regime Militar brasileiro e da Guerra Fria, a

presença do Estado continuou sendo primordial nas questões de Segurança e Defesa nacional, contradizendo a tendências de muitos teóricos em afirmar o enfraquecimento da figura estatal.

As preocupações governamentais, sobretudo em relação à Amazônia destacam a importância da territorialidade e da necessidade de se assegurar o controle efetivo de toda porção do território brasileiro. Apesar de ultrapassado o conceito de Estado *ultra-realista*, presente na Teoria Realista das Relações Internacionais e na Escola Alemã da Geopolítica, a relação de território e sobrevivência continua constituindo uma preocupação relevante para as elites políticas que assumem o poder após o fim da Ditadura em 1985.

A característica mais importante do Estado para a análise das políticas governamentais para desenvolvimento e defesa da Amazônia é a centralidade do poder estatal e sua influência no processo decisório e de implantação destas políticas. Antonio Carlos Roberto Moraes, em seu artigo “A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução” (MORAES, 2006), afirma que o estudo das formações territoriais estatais e as relações de território e poder descendentes dessas formações são as temáticas mais comuns da Geografia Política e da Geopolítica. Para o autor:

A conformação e expansão do território como estratégia básica de consolidação do Estado encontrou no contexto sul-americano um vasto campo de realização, dada a própria essência dos processos de colonização (calçados no expansionismo espacial) e na existência de grandes estoques de espaços ainda não incorporados às economias coloniais. (Ibidem, p. 43)

A construção dos Estados é um processo de disputas políticas, onde o intuito é a transformação de espaços em espaços dotados de valor político. Este processo de formação política do território é, por vezes, confundido com a formação territorial do Estado. De acordo com Costa (2005: 7),

Ao lado da centralização que atingiu a arrecadação dos tributos, a moeda, a legislação em geral e as forças militares, o efeito dessa estratégia abrangente e sistemática direcionada ao território, também visou emprestar-lhe um sentido de coesão, objetivo em geral expresso nos variados tipos de políticas de integração do poder central. Confundida a unidade nacional com unidade territorial, a eficácia das redes de controle será medida, portanto, pela sua capacidade de promover uma determinada contração estável do sistema político-territorial como um todo, que se tornou um

objetivo estratégico permanente do poder central, pois de um modo geral tem sido tomado por este como um instrumento eficiente de prevenção contra verdadeiras ou presumidas ameaças de fragmentação.

Esta necessidade por controle e coesão territorial ultrapassa sua relação com o Estado nacional *ultra-realista* - um Estado técnico e politicamente racional, centralizador e com capacidade de atuação em todo território, assegurando a sua defesa e soberania (COSTA, 2005) - e passa a configurar uma das preocupações dos Estados democráticos que se formam na América Latina. O território deixa de ser apenas o espaço de definição geográfica ou a jurisdição de um Estado e passa também a carregar valores políticos, econômicos e identitários. Para Moraes, o território é um importante elemento de continuidade histórica e para “dar conta de seu movimento é necessário estar atento tanto às materialidades que ele cria ou de que se apropria, quanto aos interesses, ações e ideias que o impulsionam” (MORAES, 2006: 45).

Desta maneira, a construção política de um território nacional é uma confluência de interesses de atores políticos relevantes dentro das dinâmicas internas de poder do Estado. As políticas territoriais governamentais possuem extrema importância para o alcance dos objetivos formulados por um plano de desenvolvimento nacional, uma vez que buscam aumentar a presença e controle do Estado sobre seu território soberano.

Estas políticas governamentais buscam agregar valor ao seu território, num processo chamado de “valorização do espaço”, trabalhado por Moraes e Costa no livro “Geografia Crítica: a valorização do espaço” (1984). Para Moraes (2006), os processos de valorização do espaço podem ser agrupados em dois movimentos: o de fixação geográfica do valor (com a construção de infra-estruturas e estruturas produtivas) e o de transferência geográfica de valor (impulsionador de fluxos e dos circuitos de circulação). O Estado, como intermediador das relações entre povo e território, busca, por meio de suas políticas públicas, guiar este tipo de interação.

De todo o território brasileiro, a porção amazônica é aquele que apresenta maiores dificuldades de inserção e controle efetivo por parte do Estado. Tanto suas características naturais que por si só dificultam o acesso e fixação de uma *populaçãobrasileira* na regiãoⁱ, a maior preocupação com as fronteiras da região sul do país, acabaram por deixar a Amazônia em segundo plano por muitos anos.

Superada as desavenças entre o Brasil e os países limítrofes ao sul, principalmente com a Argentina, as atenções no campo de preservação territorial e de fronteiras volta-se para o Norte, tornando a Amazônia área chave nas estratégias nacionais de segurança, defesa e desenvolvimento.

De acordo com Guimarães (2005), a região amazônica é um dos mais complexos e urgentes desafios para o governo brasileiro. Considerada uma região estratégica não só para o desenvolvimento do país, mas, sobretudo para as políticas de segurança e defesas brasileiras, a Amazônia está longe de ter a devida atenção do governo federal e de apresentar índices adequados de desenvolvimento econômico e social. O controle da região, que abrange quase 60% do território e apenas 11% de sua população total (concentrada majoritariamente em dois centros urbanos – Manaus e Belém), e a defesa das fronteiras é até hoje dificultada pela “pequenez do homem frente à monstruosidade da natureza” – como já ilustrado por Euclides da Cunha e reafirmado por Meira Mattos em “Uma Geopolítica Pan-Amazônica. É certo que o desenvolvimento tecnológico ajudou e muito a diminuir esta impressão de natureza colossal, mas ainda hoje a vastidão do território amazônico e sua baixa densidade populacional constituem-se desafios ao governo federal na tentativa de assegurar a presença estatal no território e a preservação das fronteiras nacionais.

Guimarães (idem) aponta seis principais fatores regionais que acabam por influenciar as políticas governamentais de desenvolvimento e de segurança para a região. São eles:

Primeiro, a situação política, social, econômica e militar nos seis países com que a Amazônia faz fronteira; segundo, a pressão internacional para controlar a Amazônia, que se exerce hoje por meio de agências internacionais, de ONGs e da estratégia diversionista de Estados estrangeiros que têm padrões de consumo e produção insustentáveis e detêm grandes recursos financeiros e tecnológicos; terceiro, o tráfico internacional de drogas e seus efeitos sobre o sistema financeiro e político; quarto, a presença militar e a ação americana em países vizinhos; quinto, as políticas econômicas contracionistas e deviés antidesenvolvimentista dos governos federais que dificultam a realização de programas de desenvolvimento das regiões atrasadas; e, sexto, a omissão por vezes interessada do Estado diante da ação de grandes empresas nacionais e estrangeiras, principais responsáveis pelo desflorestamento amazônico. (GUIMARÃES, 2005: 176-177)

Todos esses problemas acabam por influenciar a tomada de decisão e definição de projetos e políticas que estejam ligados – mesmo que indiretamente – à manutenção da Defesa da região amazônica. Dentre os programas governamentais que ressaltam a importância da Amazônia e também transparecem as mudanças nos conceitos de Segurança e Defesa que perpassam o pensamento político e militar brasileiro, destaca-se o Projeto Calha Norte.

O Projeto surgiu em 1985 com o intuito de melhorar a defesa das fronteiras amazônicas, promover a ocupação e o desenvolvimento sustentável e ordenado da região. Trata-se de uma iniciativa governamental que busca ir contra as tendências políticas e sociais que tendem a colocar o Estado como ator subordinado aos desejos de instituições e organizações civis e supranacionais.

Preocupado em afirmar sua presença e controle efetivos na Amazônia (visando principalmente às fronteiras do Norte do país), o Projeto concentra-se não apenas no povoamento desta área com a inserção de migrantes, mas sobretudo no “enraizamento” da população por meio do oferecimento de infraestrutura e do desenvolvimento de projetos sociais, principalmente em sua segunda fase, quando intitulado Programa Calha Norte.

Dentre as motivações internas para o surgimento do Projeto pode ser apontada a necessidade do Estado se fazer mais presente nesta região, os problemas relacionados à extração ilegal de minérios de terras indígenas e também as consequências da Guerrilha do Araguaia (NASCIMENTO, 2006: 99-100). Externamente ele era justificado pela interferência cubana nas crises vividas pelo Suriname e pela Guiana e também pelos crescentes incidentes envolvendo o narcotráfico e o contrabando nas regiões de fronteira.

De acordo com Nascimento (CASTRO, 2006), o Projeto Calha Norte sofreu forte influência da doutrina da segurança nacional. Seu nome oficial já destaca a preocupação com o binômio perpassa atualmente tanto a Política de Defesa Nacional quanto a Estratégia Nacional de Defesa: *segurança e desenvolvimento*.

Dentre as necessidades fundamentais e imediatas do Projeto, destacam-se (DINIZ, 1994):

1. Incremento das relações bilaterais
2. Aumento da presença militar na região
3. Intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes
4. Definição de uma política indigenista apropriada à região

Nota-se que todas as necessidades fundamentais e imediatas destacadas acima relacionam-se diretamente a problemas e preocupações acerca da soberania e defesa da Amazônia brasileira. A integração regional é o mecanismo encontrado pelo governo para promover o desenvolvimento da região amazônica de todo o continente sul-americano resguardando os direitos brasileiros sobre o controle dessa porção de seu território. Ao invés de encarar seus países vizinhos com um olhar de desconfiança, o Brasil busca estreitar suas relações, promovendo a cooperação política, técnica e econômica. Além do Calha Norte, diversos outros programas surgiram para reforçar essa linha cooperativa de nossa política externa, como o SIPAM/SIVAM, a Comissão Binacional Fronteiriça (Combifron) e o atual Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), lançado pela Presidente Dilma Roussef em junho de 2011.

A integração regional e um bom relacionamento com os demais países amazônicos, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma mais ampla também são uma forma de afastar um dos maiores temores dos militares e do governo civil em relação ao território amazônico: a cobiça internacional. A cobiça internacional pela Amazônia é, certamente, uma das ameaças que se fez presente no pensamento militar tanto durante o governo militar, quanto após o início do processo de democratização do país. Segundo Martins Filho (2006: 11),

Cada vez mais, as percepções de ameaças, que antes focavam um genérico risco de intervenção dos países ricos devido a pressões da opinião pública mundial, passaram a se concentrar num cenário e numa situação mais concreta: a política norte-americana de combate ao narcotráfico na Região Andina, cuja maior expressão foi o chamado Plano Colômbia, que trouxe em seu bojo uma intensificação das pressões dos Estados Unidos no sentido da participação decidida das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico.

Este temor com a presença norte-americana e de outros países externos ao continente é salientada também na Estratégia Nacional de Defesa, que anseia assegurar a soberania nacional sobre todo o seu território e também deixar que assuntos relativos a problemas sul-americanos sejam resolvidos entre os países envolvidos, sem a interferência de Estados externos. O narcotráfico é apontado nos documentos estratégicos nacionais como uma das ameaças à segurança regional que hoje persistem na Amazônia e que devem ser combatidas por meio de programas técnicos regionais que visem uma maior observação das áreas de

fronteira e também que contribuam para aumentar a integração regional nos mais diferentes setores governamentais.

Além do narcotráfico, outras ameaças relacionadas à cobiça internacional são relevantes, como a internacionalização da região sob a justificativa da proteção ambiental e dos Direitos Humanos das comunidades indígenas que lá habitam.

No intuito de diminuir a influência estadunidense sobre aos países da região, diversas iniciativas do governo brasileiro foram lançadas, como o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e o próprio Projeto Calha Norte. De acordo com Nascimento (2005), o PCN é um braço militar do Tratado de Cooperação Amazônica, que não obteve resultados satisfatórios no sentido de fortalecer a integração regional e o desenvolvimento dos países amazônicos.

No que tange a questão indígena, Nascimento ainda aponta que ela é abordada dentro dos objetivos traçados pelo projeto, caracterizando os índios apenas como problemas quando sua presença se contrapõe aos anseios militares de proteger e desenvolver a região. Para Diniz (1994), em sua implementação inicial, a maior crítica em relação ao PCN e aos problemas indígenas recaem na díade *exploração mineral versus demarcação das terras indígenas*. A impossibilidade legal de extração de recursos minerais que estão localizados em reservas indígenas implica no confronto de interesses econômicos com os de proteção a essas comunidades. Hodiernamente, a política indigenista continua sendo um desafio para o governo federal e para o Programa Calha Norte. A problemática indígena é uma das ameaças mais relevantes para o cenário estratégico e geopolítico brasileiro, uma vez que a interferência externa vem mascarada por meio da ajuda de organizações filantrópicas em prol das comunidades indígenas que hoje habitam o território amazônico.

Para uma maior presença do Estado e, sobretudo dos militares, nos pontos-chaves para a soberania e defesa brasileira, a abrangência do Calha Norte foi expandida. Quando foi concebido durante o Governo Sarney em 1985, o Projeto possuía uma área de abrangência que continha 74 municípios, a maioria situada na faixa de fronteira, na faixa ribeirinha (a calha dos rios Solimões/Amazonas) e na faixa interior (denominada de hinterlândia e localizada entre as duas primeiras faixas) (SILVA, 2007: 68).

O Projeto foi retomado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e passou a ser denominado Programa Calha Norte (PCN). Além da mudança

na denominação, o PCN aumentou sua área de abrangência, passando a englobar 194 municípios, sendo 95 deste localizados na Faixa de Fronteira, pertencentes a seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e correspondendo a 32% do território nacional. Cerca de 8 milhões de pessoas habitam a área de atuação do Programa Calha Norte, incluindo 46% da população indígena brasileiraⁱⁱ. Dentre os motivos para a expansão da área de atuação do Programa Calha Norte citados pelo Ministério de Defesa estão: o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação das práticas ilícitas na região.

FIGURA 1

Atual área de abrangência do



Fonte: PCN, Ministério da Defesa, 2012

As duas principais vertentes do programa ocupam-se da manutenção da soberania nacional e da integridade da sua região de atuação e da promoção do desenvolvimento ordenado da região. Por meio de obras que abarcam desde o aumento contingente militar até a implantação de infra-estrutura básica, o PCN ultrapassa uma perspectiva clássica de Defesa onde as preocupações devem estar voltadas somente para a manutenção das fronteiras e de território. Durante mais de 25 anos de Programa, obras de diversas naturezas foram concretizadas (construção de hospitais, aeródromos, estradas, escola agrotécnica, tubulação para abastecimento de água potável etc.) com o intuito de desenvolver a região sob uma

perspectiva sustentável e fixar o homem à terra, em uma tentativa de diminuir o “vazio demográfico” da região.

Dentre os projetos realizados pelo PCN podem ser destacados:

1. Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região do Calha Norte;
2. Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte;
3. Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte.

Com o fim do regime militar e a democratização do país, a maioria dos projetos ligados às Forças Armadas, como é o caso do Calha Norte, sofreu preconceito por parte da sociedade civil e, por consequência, teve corte significativos no orçamento. Uma simples afirmação de que o corte no repasse de verba ao projeto acontece devido ao fim do regime militar não é suficiente, uma vez que o Projeto foi criado durante o governo civil, mesmo que claramente seu controle e implementação tenham ficado aos cuidados de militares. Uma análise superficial dos dados apresentados denota que houve uma queda significativa no repasse a partir de 1989, ano da queda do muro de Berlim e fim oficial da Guerra Fria. Como afirmado anteriormente, uma das justificativas externas para a existência do Calha Norte assentava-se na influência ideológica que Cuba teria sobre a Guiana. Com o fim da Guerra Fria este tipo de argumento torna-se insuficiente o que poderia indicar a perda de importância do Projeto para o Governo Federal. Outro ponto importante, que reforça a possibilidade apresentada no texto é que o regime democrático no Brasil só foi realmente concretizado de maneira formal com a Constituição de 88. Até lá os militares ainda exerciam influência mais ampla no governo, o que conseguiria apoiar financeiramente os projetos ligados às Forças Armadas. A partir de 1989, com uma democracia um tanto quanto mais madura e presente no poder, os projetos relacionados aos militares perdem força, culminante no corte de orçamento desses programas, incluindo o Calha Norte.

Como de pode notar no comparativo abaixo,

FIGURA 2

Demonstrativo Comparativo do PIB e de investimentos no PCN (1986-2002)

Anos	PIB (US\$ Milhões)	PCN (US\$ Milhões)	% PIB
------	-----------------------	-----------------------	-------

1986	257,810	14120	5,4
1987	282,360	14916	5,2
1988	205,710	16298	7,9
1989	415,920	47311	11,3
1990	469,318	16357	3,4
1991	405,679	9652	2,3
1992	387,295	9261	2,3
1993	429,685	5616	1,3
1994	543,087	6591	1,2
1995	705,449	4798	0,6
1996	775,475	2950	0,3
1997	807,814	4063	0,5
1998	787,889	3912	0,4
1999	536,554	676	0,1
2000	602,207	10084	1,6
2001	510,36	5533	1,0
2002	451,005	9050	2,0

Fonte: extraída do artigo de Nascimento (In: Castro, 2006: 107)

De acordo com Nascimento,

A análise do documento Segurança e desenvolvimento (BRASIL, 1985) revela que os recursos investidos na implantação do PCN são exclusivamente públicos. Eles dividem-se conforme os programas e seus valores mudam de acordo com a ação específica correspondente. Os programas mais importantes e que receberam atenção especial foram “Incremento das relações bilaterais”, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores; “Aumento da presença militar na área”, desenvolvido pelo Ministério da Marinha e também executado pelo Ministério do Exército; “Recuperação e adensamento de marcos limítrofes”, do Ministério das Relações Exteriores (MRE); “Estruturação regional da FUNAI na faixa de fronteira”, do Ministério do Interior (MINTER); “Ampliação da infra-estrutura viária” e “Ampliação da oferta de serviços sociais básicos”. (NASCIMENTO: 06).

Os atuais balanços financeiros do Programa Calha Norte não incluem em seus relatórios gastos do Ministério das Relações Exteriores, contando apenas com os gastos do Ministério da Defesa, da Vertente Militar e da Vertente Civil. Destaca-se nos relatórios entre os anos de 2003 a 2010 o gasto com a Ação 1211 (Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região do

Calha Norte) e Ação 1213 (Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte).

FIGURA 3

Gastos do PCN – Ação 1211 e Ação 1213

Ano	Orçamento Total	Ação 1211	% do Orçamento Total	Ação 1213	% do Orçamento Total
2010	376.777.792,00	287.826.010,00	76,39	28.467.591,73	7,56
2009	253.570.000,00	105.280.499,94	41,52	28.266.836,48	11,15
2008	301.679.114,00	209.789.472,00	69,54	31.775.495,97	10,53
2007	455.021.000,00	379.289.871,91	83,36	17.999.998,09	3,96
2006	191.531.197,00	163.824.050,00	85,53	14.930.250,00	7,80
2005	235.694.311,00	115.789.368,70	49,13	8.800.000,00	3,73

Ação 1211 - Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região do Calha Norte

Ação 1213 - Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte

Fonte: elaborado pela autora com base nos Relatórios de Situação do PCN disponíveis no sítio do Ministério da Defesa

Os dados acima revelam a tendência do governo brasileiro em priorizar desenvolvimento da região Amazônia ao invés de uma simples defesa do território marcada pela simples vivificação militarizada da zona de fronteira. Há, destarte, uma nova concepção de uso de território e defesa nacional. De acordo com Silva,

Como respostas a essas supostas ameaças, após 2003, as Forças Armadas passaram a concentrar esforços na implantação e na manutenção de infra-estrutura em municípios fronteiriços e em Pelotões de Fronteira. Isso não significa, entretanto, o reestabelecimento da antiga ideia de “vivificação da fronteira”, enquanto ocupação e fixação do povoamento, pois os parâmetros atuais de sustentabilidade ambiental colocam a Amazônia num outro patamar de segurança estratégica, que implica uma nova concepção de uso do território. (SILVA, 2007:69)

O PCN configura uma política governamental de extrema importância não somente para aumentar e efetivar a presença do Estado na Amazônia brasileira, como também para o desenvolvimento das comunidades que habitam a região por meio do fornecimento de infraestrutura básica na área de saúde e transporte.

A partir de 2005 há novamente um salto na porcentagem da verba total repassada ao Programa em comparação ao PIB.

FIGURA 4

Comparação do PIB com investimentos no PCN (2003-2011)

Anos	PIB (R\$ Milhões)	PCN (R\$ Milhões)
2003	2 974 602,69	42,445
2004	3 144 520,71	67,327
2005	3 243 877,30	235,694
2006	3 372 238,67	191.531
2007	3 577 655,57	455,021
2008	3 762 677,51	301,679
2009	3 750 270,93	253,57
2010	4 032 804,64	376,777
2011	4 143 013,34	484,951

Fonte: elaborada pela autora com base em dados fornecidos pelos Relatórios de Situação do Calha Norte, disponíveis no sítio do Ministério da Defesa, e pelo Banco Central

A tendência é que o orçamento do PCN tenha maior folga financeira impulsionada pelo Plano Estratégico de Fronteiras. O binômio *segurança e desenvolvimento* é a força motriz dos planejamentos estratégicos para o Brasil na atualidade. O PCN possui papel fundamental nesta empreitada do governo e dos militares de se adequarem às novas características do Sistema Internacional, buscando não apenas assegurar a totalidade territorial por meio da instalação de novas unidades militares e da capacidade de combate de possíveis ameaças tradicionais. As chamadas novas ameaças, que ultrapassam a perspectiva clássica da segurança, adicionam outras perspectivas a antigos problemas regionais, como a política indigenista.

O principal esforço do governo e da diplomacia militar é solidificar os laços entre o Brasil e países vizinhos, afastando a possibilidade de interferência externa em assuntos regionais. A Amazônia e seus problemas estruturais ainda carecem de ser enxergados como um problema nacional. De acordo com Leirner (2006: 143), “a Amazônia só é percebida como questão nacional *enquanto* questão militar”. Apesar de configurar como uma área estratégica para o país, os problemas amazônicos não deveriam ser um mistério para a maior parte da população brasileira, demonstrando um distanciamento da população em relação aos desafios que o país possui para ser efetivo desenvolvimento econômico e social. Atualmente o PCN é gerenciado

pelo Cel. Roberto de Paulo Avelino e suas atividades são em sua maioria gerenciadas e implementadas pelas Forças Armadas.

O papel dos militares para o desenvolvimento da região é de extrema importância, não apenas no Calha Norte, mas em diversos outros projetos interministeriais e também com a diplomacia militar. A integração amazônica necessita ser estimulada por diversas frentes políticas e sociais, no entanto, ainda carece de maior envolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Defesa - Estratégia Nacional de Defesa, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa - Política de Defesa Nacional, 1996.

CASTRO, Celso - Amazônia e Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da - Política e território em tempos de mudanças globais. Tese de Livre Docência em Geografia Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

DINIZ, Eugenio. – O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. Dissertação de Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro - Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

HUNTINGTON, Samuel -America'schangingstrategicinterests. International Institute for Strategic Studies, jan – fev, 1991.

LEIRNER, Piero de Camargo – O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme. In: CASTRO, Celso - Amazônia e Defesa Nacional. Rio de Janeiro, p. 143-158, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto – As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso - Amazônia e Defesa Nacional. Rio de Janeiro, p. 11-29, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert – A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. In: LEMOS, Amália Né Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mónica. (org.) - Questões territoriais na América Latina, São Paulo, p. 41 – 54, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da - Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo, Hucitec, 1984.

NASCIMENTO, Durbens – Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, Celso - Amazônia e Defesa Nacional. Rio de Janeiro, p. 97 - 117, 2006.

NASCIMENTO, Durbens – Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança. Tese de Doutorado em Ciências Socioambientais, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.

SILVA, Altiva Barbosa da - Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais no estado de Roraima. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Golbery do Couto e - Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1967.

VESENTINI, J. W. Ensaios de Geografia Crítica. São Paulo: Plêiade, 2009.

ⁱ De acordo com Adriana Marques (2007), as populações indígenas que habitam a região não são consideradas pelos militares, ajudando na caracterização da Amazônia como sendo uma região de vazio populacional. De acordo com Marques (2007), tal postura dos militares frente aos índios sucede de visão de que os indígenas, devido a todo seu caráter cultural, não estão comprometidos com a preservação da soberania brasileira.

ⁱⁱ Dados retirados do sítio do Ministério da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/index.php/publicacoes/calha-norte-25-anos-a-amazonia-desenvolvida-e-segura.html>